

## NO INTERIOR DA MORADIA OPERÁRIA(\*)

SÃO PAULO — 1890/1940

Maria A. Guzzo Decca(\*\*)

### ABSTRACT

This work describes, in general lines, the conditions of the urban proletariat, from the end of XIX century until the beginning decades of the XX century, in São Paulo.

A partir principalmente de fins do século XIX, mais precisamente 1890, a cidade de São Paulo passa a apresentar como característica marcante tipos de habitação destinados especificamente à moradia da classe operária, em constituição no período devido ao crescimento da atividade industrial. Até fins da década de trinta e inícios da década de quarenta no século XX, vilas, cortiços e porões constituem habitação tipicamente operária. O processo de industrialização, o crescimento industrial de São Paulo e seu processo de urbanização foram fatores preponderantes, importantes, para a configuração desse tipo de habitação essencialmente operária e para a própria localização espacial particular do operariado na cidade.

Na capital do Estado, as vilas operárias, geralmente construídas próximas às indústrias, empreendimento de especuladores individuais, companhias construtoras e imobiliárias ou industriais (no caso, primordialmente destinadas para locação de mão-de-obra qualificada), constituíam ao lado de cortiços e porões negócio destinado a lucro bastante grande. Desde fins do século XIX, porém, a moradia operária foi descrita por diversas fontes<sup>(1)</sup> como bastante precária, tendo sido considerada, inclusive, como um problema crucial da cidade pelos poderes públicos.

- 
- (\*) Alguns elementos e idéias do presente trabalho encontram-se, de certa forma, incluídos na tese de mestrado intitulada "A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo, 1920/1934", apresentada em junho de 1983 no Departamento de História do I.F.C.H. da Universidade de Campinas (UNICAMP).
- (\*\*) Historiógrafo do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), da Secretaria de Estado da Cultura.
- (1) Fontes oficiais, anais, boletins, imprensa operária e grande imprensa, fontes disponíveis para o período, descreveram as condições de habitação da classe operária em São Paulo como precárias e insuficientes em todos os seus aspectos.

A despeito de facilitar durante todo o período um investimento seguro do capital no negócio da habitação popular e/ou operária, garantindo um retorno altamente lucrativo, o poder público, no nível do discurso, através de seus diferentes órgãos, cogitou e discutiu o “problema da moradia operária”.

Embora a primeira reflexão sistemática e abrangente sobre o assunto promovida pela Municipalidade date de 1931<sup>(2)</sup>, em 1894, por exemplo, o Relatório do Intendente Municipal de São Paulo já continha relatório pormenorizado de exame e inspeção das habitações operárias em um bairro da cidade. Por parte da União já se encontra legislação sobre habitação operária com o Decreto n.º 2.047 e por parte do Município da Capital com a Lei n.º 498, de 14 de dezembro de 1900. Anteriormente, por volta de 1897, já se encontram leis que visavam encorajar tanto companhias públicas como privadas a construir vilas operárias higiênicas em terrenos da periferia, mais baratos. O Serviço Sanitário do Estado de São Paulo chegou a realizar algumas inspeções em bairros de população operária na Capital, como a levada a efeito no “distrito” de Santa Efigênia em 1925/1926.

Configurando um problema, admitido pelo próprio poder administrativo da cidade, como era a habitação operária no período? Como poderia ser descrita? Evidentemente existiram variações nas moradias operárias de fins do século passado até inícios da década de quarenta no século XX. A própria denominação de seus diferentes tipos correspondeu, em diferentes períodos, a conteúdos diversos. Casinhas de fundo, longe das vistas da rua, dando para um pátio comum, consideradas como cortiço por volta de 1890, seriam consideradas talvez vilas, precárias sem dúvida, na década de trinta.

Nos fins do século XIX, já se distinguiam diferentes tipos de habitação operária: a casa como prédio independente e as habitações coletivas. Esses tipos de moradia foram detalhadamente analisados pela Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia em 1893/1894. A casa operária típica foi assim descrita:

“Há ainda a casinha, como prédio independente, com frente para a rua pública e apenas considerada cortiço pelo seu destino e espécie de construção. Pequena e insuficiente para a população que abriga, não oferece garantia alguma pelo que respeita à higiene. O soalho sem ventilação e assentado

---

(2) Trata-se do *I Congresso de Habitação de São Paulo*, realizado sob o patrocínio do Instituto de Engenharia de São Paulo, do Secretário da Viação e do Prefeito da Cidade de São Paulo, que versou basicamente sobre o problema da habitação operária.

sobre o solo, o forro sem ventilador, os cômodos pequenos e ainda subdivididos por biombos que os fazem ainda mais escuros, as paredes sujas e ferido o reboco que deixa perceber a má qualidade da alvenaria. No fundo uma área exígua, mal ladrilhada ou cimentada com um ralo para esgoto e uma latrina ordinária sem abrigo. A cozinha, quando não é ao lado da latrina, está assentada junto do aposento de dormir e, então, as condições de asseio são as mais precárias possíveis.

Deste tipo de construção são as casas de Carlos Girardi, na rua do General Osório e Santa Efigênia, onde fecham quarteirões por duas faces. No interior desses quarteirões as construções de um tipo ainda pior se multiplicam formando grandes cortiços, alguns dos quais em tão precárias condições que a sua habitação deve ser interdita”<sup>(3)</sup>.

A mesma fonte descreveu também as habitações coletivas usadas pelos operários. Chamadas genericamente de cortiços, pode-se notar, no entanto, diferenças entre o que se entendia por cortiço do “tipo normal”, propriamente dito, e entre as casas de cômodos, os sobrados e prédios adaptados para habitação coletiva de operários, ou seja, entre as construções transformadas em “cortiços”.

O cortiço “habitual”, de “tipo normal”, assim denominado pelos inspetores da comissão de investigação das habitações operárias foi por eles descrito da seguinte forma, em 1893:

“O cortiço ocupa comumente uma área no interior do quarteirão, quase sempre um quintal de um prédio onde há estabelecida uma venda ou tasca qualquer. Um portão lateral de entrada por estreito e comprido corredor para um pátio com 3 a 4 metros de largo nos casos mais favorecidos. Para esse pátio ou área livre se abrem as portas e janelas de pequenas casas enfileiradas, com o mesmo aspecto, a mesma construção, as mesmas divisões internas e a mesma capacidade. Raramente cada casinha tem mais de 3 metros de largura, 5 a 6 de fundo e altura de 3 a 3m.50, com uma capacidade para 4 pessoas, quando muito”<sup>(4)</sup>.

(3) “Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia — 1893”, em *Relatório do Intendente Municipal*, São Paulo, Tip. A. Vap. de Espindola, Siqueira e Companhia, 1894, p. 47.

(4) “Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias...”, *ob. cit.*, p. 46.

A unidade do “cortiço”, a casinha ou cubículo, tinha em geral de três a quatro cômodos. Eram na maior parte das vezes soalhadas, forradas no cômodo ou cômodos de dormir e na sala. A sala situava-se na frente, o cômodo (às vezes dois) de dormir ocupava o centro da construção e o cômodo do fundo, sem soalho, forro ou ladrilhos, funcionava como “cozinha”, pois ali em geral se achava instalado um fogão avaliado como ordinário e rudimentar, com chaminé que pouco funcionava, o que fazia com que as paredes das pequenas casas fossem em geral escuras e enegrecidas. A altura dos aposentos raramente atingia a 4 metros, padrão considerado insatisfatório na época<sup>(5)</sup>.

As instalações sanitárias, de uso coletivo, ficavam na área livre:

“Na área livre, que pouco mais é do que um simples corredor, há assentado um ralo para esgoto, uma torneira para água, um tanque para lavagem e uma latrina, de ordinário, muito mal instalada. Só ultimamente, por instâncias dos delegados de higiene, é que essas áreas têm sido calçadas ou cimentadas; ainda assim, há cerca de 50% delas que estão carecendo de tal benefício”<sup>(6)</sup>.

Tanto o número de torneiras como o de latrinas (bacias de barro vidrado, cobertas por um caixão de pinho) eram insuficientes para a população operária que habitava o “cortiço”.

Esse cortiço “padrão” ou comum nos finais do século XIX assemelhava-se bastante às vilas operárias ou casas individuais de operários. As habitações operárias individuais e as vilas operárias apresentavam, no entanto, instalações sanitárias e cozinhas independentes, ainda que situadas no exterior, fora do corpo da casa.

Bem diferentes do “cortiço normal”, cuja unidade, a casinha, apresentava condições de habitação semelhantes às das casas operárias independentes e às das casas das vilas operárias, eram as construções adaptadas para moradia coletiva do operariado que, no período, começam a se tornar freqüentes e que são os cortiços típicos nas décadas de vinte, trinta e inícios de quarenta do presente século.

Em 1893/1894 o relatório da comissão de investigação da habitação operária constatava a existência de inúmeros prédios convertidos em cortiço:

(5) “Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias...”, *ob. cit.*, p. 46.

(6) “Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias...”, *ob. cit.*, p. 46.

“Há ainda os prédios de sobrado convertidos em cortiço por meio de divisões e sub-divisões dos primitivos aposentos transformados. Esses cortiços, de que o tipo mais acabado é o da rua do Bom Retiro, 33-35, onde se alojam numerosas famílias, não são senão casas de dormida a que se adicionam alguns cômodos para uso comum: uma sala com vários fogões improvisados para gozo de todos, umas latrinas pessoalmente instaladas e compridos corredores com iluminação insuficiente”<sup>(7)</sup>.

Ainda era apontada pela fonte já mencionada a existência do hotel-cortiço (espécie de restaurante onde a população operária sem família dormiria à noite em aposentos privativos ou comuns), de vendas que possuíam cômodos de fundo para aluguel e de “cortiços improvisados” feitos de tábuas e cobertos de zinco (em geral instalados nos fundos dos depósitos de materiais de construção).

Para os inícios do século XX esse tipo de classificação da habitação operária pode ser mantido em linhas gerais. Vilas operárias saudáveis, isto é, cujas casas fossem “modernas, higiênicas e baratas para os operários”, eram consideradas aquelas cujas unidades possuíssem de dois a três cômodos, com cozinhas e instalações sanitárias exteriores, isto é, colocadas no quintal, no fundo. Em 1914, por exemplo, um grupo de construtores pedia concessão de terrenos ao governo do Estado para a construção de vilas operárias. As casas que deveriam ser construídas, em grupos de vinte pelo menos, constituindo cada grupo uma vila, seriam de três tipos:

“a) para pequena família, compostas de sala, um quarto, cozinha e tanque para lavagem de roupa, latrina e banho de chuva no quintal; b) para família maior, compostas de uma sala, dois quartos, cozinha e tanque para lavagem de roupa, latrina e banho de chuva, no quintal; c) casas apropriadas para armazéns, açougues, padarias, etc. . .”<sup>(8)</sup>.

Casas individuais ou de vilas com pequeno jardim à frente, às vezes com até cinco cômodos, apresentando cozinha em seu interior, representavam certamente o melhor tipo de habitação operária, mas também o tipo menos comum ou frequente.

(7) “Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias. . .”, *ob. cit.*, p. 47.

(8) *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, São Paulo, Tip. Bras. de Rothschild e Companhia, n.ºs 8 e 9, 1914, p. 447.

Mesmo a descrição de casas operárias que se encontra reproduzida a seguir talvez seja ainda otimista, embora as casas descritas fossem bem menos incomuns:

“As casas são preferentemente alugadas, têm 5 m de frente, que se limitam com a rua, e 25 m de fundo; a frente é ocupada por uma janela e uma porta, a última iniciando um longo corredor, de onde saem os quartos; no fundo situa-se a cozinha; o pequeno quintal do fundo abriga um tanque para lavagem de roupa, espaço para a secagem da roupa, e a instalação sanitária”<sup>(9)</sup>.

Nos fins da década de vinte, os cortiços e porões “clássicos”, de tipo mais comum, foram descritos por algumas fontes. O cortiço consistiria basicamente de um conjunto ou agrupamento de quartos dando para uma pequena área comum e estreita onde a roupa era precariamente lavada e secada. A cozinha consistiria basicamente de uma lata de querosene colocada fora, ao lado da porta de cada quarto do cortiço. Alguns quartos, porém, possuiriam fogões em seu interior. As instalações sanitárias eram comuns e precárias (em 116 cortiços visitados pela Inspeção Sanitária do bairro de Santa Efigênia em 1925, 1926, existiam apenas 9 banheiros, o que significava que 262 pessoas usariam um só banheiro). Os porões dos velhos prédios funcionavam frequentemente como habitação para famílias operárias; muitos deles possuíam piso de terra batida e tinham apenas uma abertura para a entrada de seus habitantes e para iluminação e ventilação do local. Se os prédios transformados em cortiços ou os prédios com cortiços gênero porão reclamavam total reforma, os seus quartos, aposentos ou divisões apresentavam pior situação, uma vez que eram habitados por um número muito maior de pessoas do que seria aconselhável. Os telheiros de zinco ainda existiam na cidade por volta de 1925/26, sendo considerados o pior tipo de moradia operária. A conclusão de um dos membros da Inspeção Sanitária de Santa Efigênia não deixa muitas margens a dúvidas sobre a precariedade crescente desses tipos de habitação:

“Nesses cortiços não moram, amontoam-se os pobres seres, em telheiros de zinco, em porões, nos quais seres irracionais não ficariam! E o preço exorbitante desses pardieiros! E a escala ascendente de seus aluguéis, sem uma lei que coíba essa extorsão abusiva em que a ambição dos proprietários corre parrelha com a ganância em tirar proveito dos menores recantos

---

(9) CARONE, Edgard — *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*, São Paulo/Rio, DIFEL, 1979, p. 11.

de suas propriedades. Pois, encontramos em um cortiço, num só cômodo, reunidas a cozinha e a privada! E note-se que visitamos um bairro relativamente central, em que as condições de vida não são de todo más.

... o que nos estará reservado lá para os bairros do Brás, Bexiga, com menor fiscalização, maior aglomeração, maior miséria...”<sup>(10)</sup>.

Com a valorização crescente das áreas mais centrais ou bairros mais centrais da cidade, em virtude de um crescimento industrial e urbano acelerado, casas ou vilas operárias melhores só tinham possibilidade de serem construídas, de acordo com a lógica do capital, em bairros periféricos ou distantes de São Paulo. O acesso do operariado a elas, sem considerar a questão do preço de seu aluguel ou aquisição, dependia ainda, todavia, de uma melhoria do transporte coletivo e de uma redução de seu custo.

Ao longo da década de trinta e inícios da década de quarenta, os bairros operários da capital, mais centrais, apresentavam grande número de habitações coletivas. As vilas cujas casas de teto baixo junto à rua, contíguas, dando para um mesmo beco, tinham no máximo três ou quatro cômodos, com cozinha e instalações sanitárias independentes, mas externas, e os cortiços e porões com cozinha e instalações sanitárias comuns e precárias eram freqüentes.

Em uma pesquisa feita com famílias operárias da capital em 1932, 1933 (número aproximado de quatrocentas famílias), verificava-se que 76% da amostra pesquisada pagava aluguel, sendo que 40% das suas casas tinham apenas um dormitório, enquanto que 40% não possuíam mais do que dois; em 22% das casas não havia banheiro e nem mesmo chuveiro. O número médio de moradores por casa era de 5,2<sup>(11)</sup>.

Outra pesquisa realizada com famílias de trabalhadores industriais de bairros de São Paulo (mais ou menos 221 famílias) em 1934, revelava que, embora 91 delas vivessem no melhor tipo de moradia operária, a casa individual, geralmente de três ou quatro cômodos, apenas treze casas possuíam mais que quatro, sendo que o mesmo número apresentava menos de três cômodos. Indicava a pesquisa ainda que, embora 120 famílias possuíssem cozinhas individuais, 64 dividiam facilidades de cozinha com

- (10) MELLO, F. Figueira — “Habitações Coletivas em São Paulo”, em *Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*, 1926, v. IX, 3.<sup>a</sup> série, n.º 4, p. 295.
- (11) PAULA SOUZA, ULHOA CINTRA, CARVALHO — “Inquérito sobre a alimentação popular em um bairro de São Paulo”, em *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura e Recreação, 1935, n.º 17, pp. 121-156.

pelo menos mais de uma família, enquanto que 47 tinham como cozinha apenas uma lata de querosene fora da porta. Foram encontradas famílias de até 8 pessoas ocupando apenas um ou dois cômodos. Chegava-se, enfim, à conclusão de que a saúde e a educação requeriam mais espaço que o normalmente usado pelas famílias "típicas" da classe proletária de São Paulo<sup>(12)</sup>.

Pesquisa levada a cabo, um pouco mais tarde, nos fins da década de 1930, em 1937/38, com famílias de operários da limpeza pública da cidade de São Paulo, constatava condições de habitação bastante semelhantes, embora esse tipo de trabalhador urbano fosse pior remunerado que o trabalhador industrial. A foto que acompanha os resultados da pesquisa mostra fileiras de casinhas iguais, geminadas, rentes à calçada, tendo à frente uma porta e uma janela, contendo provavelmente não mais de três cômodos (a divisão interna pode ser imaginada: a sala na frente, o cômodo de dormir no meio da construção, ou ao lado de um pequeno corredor, e o cômodo do fundo às vezes utilizado como cozinha). Segundo os resultados da investigação, a maioria das famílias vivia em três cômodos ou menos. 44% das casas não tinham chuveiro ou banheiro, sendo que a cozinha, muitas vezes, era embaixo de um pequeno telheiro ao ar livre. As condições de habitação desse proletário urbano foram descritas conforme segue:

"O sistema de habitação das famílias pesquisadas é muito mau. Os edifícios contêm muitas vezes maior número de famílias do que o número para o qual foram construídos; há moradias abrigando mais de uma família e quartos contendo mais pessoas do que deveriam comportar. As cozinhas não existem em grande número de casos. Chuveiros, privadas, tanques e fontes de água são muito comumente, ou melhor, na maioria dos casos, coletivos"<sup>(13)</sup>.

A moradia operária, os diferentes tipos de habitação operária em São Paulo foram descritos, pelo menos de 1890 a 1940, por fontes que não eram, de preferência, operárias. Para se obter uma construção, ainda que muitas vezes impressionista, desse tema, fontes oficiais ou patrocinadas pelo poder público ou distantes da classe operária devem ser consultadas. A documentação mais rica e disponível a esse respeito tem, portanto, um cunho de certa forma insuspeito quando realça o baixo padrão habita-

(12) DAVIS, Horace — "Padrão de vida dos operários na Cidade de São Paulo", em *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura e Recreação, 1935, n.º 13, pp. 155-160.

(13) LOWRIE, Samuel H. — "Pesquisa do padrão de vida das famílias dos operários da Limpeza Pública da Municipalidade de São Paulo", em *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura, 1938, n.º 51, p. 303.



cional que os operários conseguiam obter com seus salários. Os alugueiros eram considerados também geralmente excessivos pelas fontes mencionadas, não só em relação ao salário do operariado industrial no período, como em relação à qualidade da habitação que este obtinha.

Não eram líderes operários ou representantes da própria classe os que assim se expressavam a respeito da moradia operária na cidade de São Paulo:

“É preciso cuidar da unidade urbana da habitação, não há da habitação privada, mas daquela onde se acumula a classe pobre, a estalagem onde pulula a população operária, o cortiço como vulgarmente se chamam essas construções acanhadas, insalubres, repulsivas algumas, onde as forças vivas do trabalho se ajuntam em desmedida, fustigadas pela dificuldade de viver numa quase promiscuidade que a economia lhes impõe, mas que a higiene repele”<sup>(14)</sup>.

“... e que o onzenário impado de ganância investe contra o operário extorquindo por cubículos insalubres, alugueiros muito acima do razoável, e ainda tiram-lhes a saúde, com os porões úmidos, sem ar e sem luz que mais parece a uma sepultura que a uma habitação humana...”<sup>(15)</sup>.

Esses depoimentos de 1893/1894 e de 1925/1926, respectivamente, são seguidos por vários do mesmo teor, isto é, de procedência não operária, ao longo da década de trinta. Alguns trechos expressivos destes:

“Um dos aspectos mais dolorosos da questão proletária é sem dúvida a do alojamento precário, insalubre e quase sempre nojento que tem a maioria dos que formam as classes pobres. A falta de solução desse problema é um dos fatores principais da irritação e desespero em que vive o proletariado. Neste ambiente cresce a inveja contra a sociedade que acha causadora de seu infortúnio e miséria.”<sup>(16)</sup>

“Nos referidos cortiços, há dormitórios habitados por famílias inteiras, sem que disponham de um só leito, dormindo todos pelo chão...”

(14) “Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias...” *ob. cit.*, p. 43.

(15) MELLO, Figueira — *ob. cit.*, p. 292.

(16) *Anais do Primeiro Congresso da Habitação em São Paulo*, São Paulo, Escuelas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1931, pp. 142-143.

E naquelas habitações coletivas, é raro encontrar-se banheiro.

Essas más condições de higiene das habitações são frequentes nos distritos do Brás, Alto da Moóca, Belenzinho, Piriranga, Bosque da Saúde, Canindé. . .”<sup>(17)</sup>

Poder-se-ia multiplicar os exemplos nesse sentido, inclusive com trechos das pesquisas feitas sobre a classe operária em 1934 e 1937/38, realizadas pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo com a cooperação do Instituto de Educação da USP, Instituto de Higiene e, na segunda delas, com o apoio da Prefeitura do Município de São Paulo<sup>(18)</sup>.

O que pensava a classe operária a respeito de suas próprias condições de habitação? Como reagia diante da “questão da moradia operária”?

A classe operária em São Paulo, desde sua formação, revelou, de diferentes formas, consciência a respeito de suas condições de vida e de trabalho, seja através de sua imprensa (a chamada imprensa operária, cujo acervo mais importante existente encontra-se no Arquivo Edgard Leuenroth — UNICAMP), seja através de mobilizações e manifestações ao longo do período.

Desde fins do século XIX a imprensa operária denunciou as péssimas condições de vida em geral e de habitação em particular do trabalhador industrial em São Paulo<sup>(19)</sup>.

Como a imprensa operária tinha uma função específica de denúncia da sua própria situação de classe buscando mobilização e organização maior em torno de seus interesses classistas, não havia preocupação com descrições pormenorizadas da sua situação habitacional. Em geral, os artigos a esse respeito, carregados de dramaticidade, decorrente da própria intenção de denúncia e arregimentação política, tratam genericamente das condições de moradia e dos altos aluguéis:

“... Somos nós que temos que reduzir ainda a magra ração de nossas parcas refeições, vendo os nossos filhos, as nossas companheiras, os nossos pais definhando de dia para dia por falta de alimentação suficiente e por termos de nos abrigar em míseros tugúrios, onde falta o conforto, o ar, a luz e a higiene, vivendo numa promiscuidade desumana.

(17) TAVARES, Rubens — “Condições sanitárias de uma habitação situada em distrito ainda não provido de água canalizada e rede de esgoto”, em *Gazeta Clínica*, São Paulo, 1933, v. XXXI, n.º 1, p. 9.

(18) DAVIS, Horace — *ob. cit.*, p. 155; LOWRIE, Samuel H. — *ob. cit.*, p. 295.

(19) Arquivo E. Leuenroth — *El Grito del Pueblo*, 20/8/1899.

Com o alto preço dos aluguéis das casas, somos sempre nós que padecemos as consequências da ganância insaciável dos senhorios”<sup>(20)</sup>.

“Enquanto os negociantes, industriais e donos de casa aumentam continuamente, sem razão alguma e sem limite, somente por ganância insaciável, os preços de mercadorias, de artigos de primeira necessidade e os aluguéis das casas, o operariado, e com isto 90% da população paulista, aguenta com uma paciência incrível e imperdoável todas estas imposições dos exploradores do povo, os abelhões, chamados capitalistas.

... é verdade, vivemos mesmo na mais negra miséria!...”<sup>(21)</sup>

“Em geral são mui poucos os trabalhadores que podem morar em casa decente e higiênica devido ao preço assustador que custam; por isso são obrigados a alugar-se em um ou dois cômodos, ou mesmo porões, que são bem anti-higiênicos...”<sup>(22)</sup>

Os jornais operários, ainda que de diferentes tendências políticas, tinham como preocupação semelhante, durante o período, a referência às duras condições de vida da classe. O semanário anarquista *A Plebe*, por exemplo, trazia em vários números a denúncia das condições precárias de moradia do trabalhador (12.3.1927, 14.5.1927, 3.6.1933, 30.9.1933, 18.11.1933, 10.2.1934) e dos aluguéis elevados (9.7.1927, 15.4.1933, 21.7.1934). O mesmo pode ser observado em jornais “operários” de sindicatos, de orientação política diversa (socialista, anarquista, anarco-sindicalista, etc.): *O Internacional* (1.1.1927, 18.4.1927, 15.1.1929), *Nossa Voz* (15.11.1933, 11.2.1933, 1.2.1934, 15.3.1934), *O Trabalhador Padeiro* ((17.12.1935, 25.3.1936), *Vida Bancária* (28.6.1934, 15.8.1934), *O Sindicalista* (agosto/setembro de 1933), *Ação Sindical* (junho/1935), *O Trabalhador da Light* (outubro/1935), *O Trabalhador Gráfico*, já citado, *O Trabalhador Vidreiro* e muitos, inúmeros outros (não necessariamente ligados a sindicatos, como, por exemplo, *La Difesa*, *O Trabalhador*, *L'Italia*, *Guerra Sociale*, etc.).

Conforme já se afirmou, não apenas através de sua imprensa, a classe operária e sua liderança manifestaram-se a respeito das suas con-

(20) Arquivo E. Leuenroth — *A Plebe*, 14/5/1927.

(21) Arquivo E. Leuenroth — *O Trabalhador Gráfico*, 5/12/1928.

(22) Arquivo E. Leuenroth — *O Trabalhador Gráfico*, 15/10/1926.

dições de habitação. Desde o fim do século XIX registraram-se mobilizações contra a “carestia da vida”. O boicote a determinados produtos, gêneros de primeira necessidade, e ao pagamento do aluguel era muitas vezes proposto pelas organizações operárias, sendo posto em prática pela classe operária em São Paulo em algumas oportunidades.

Não deixa de ser significativo que um líder operário anarquista, Neno Vasco, muito atuante nos primeiros anos do século XX, tivesse uma peça teatral de sua autoria intitulada “A Greve dos Inquilinos”, muitas vezes apresentada, mesmo na década de trinta, nos “festivais proletários ou libertários”.

Não eram raras, também, pequenas greves, por estabelecimento, em que o móvel principal, reivindicação salarial, vinha intimamente vinculado à alta abusiva de aluguéis e gêneros alimentícios<sup>(23)</sup>.

A mais expressiva das mobilizações operárias ligadas à problemática das condições de vida talvez tenha sido a greve de 1917 em São Paulo. Ultrapassando o âmbito exclusivamente operário, generalizou-se em uma movimentação popular de grande alcance político, em que, reunidas às reivindicações operárias quanto às condições de trabalho, encontravam-se também reivindicações quanto à melhoria das condições de consumo das camadas mais pobres da população paulista. Formou-se, inclusive, um Comitê de Defesa Proletária que pleiteava, além da baixa dos preços dos gêneros alimentícios, uma redução de 50% nos aluguéis<sup>(24)</sup>.

No bojo da movimentação de 1917/1920, as sociedades ou Ligas Operárias de Bairros ressurgiram publicando as suas novas bases de acordo. As diferentes Ligas Operárias de bairros operários como Moóca, Brás, Belenzinho, deveriam filiar-se à C.O.B. (Conferência Operária Brasileira) e tinham entre seus fins imediatos, como uma das primeiras proposições comuns:

“c) lutar pelo barateamento dos aluguéis das habitações, exigindo que estas ofereçam todas as condições de higiene”<sup>(25)</sup>.

Até fins da década de trinta reivindicações em torno de uma melhor situação habitacional para os operários na cidade de São Paulo foram

(23) Por exemplo, uma greve na fábrica Maria Ângela, de propriedade dos Marrazzo, em que os operários denunciaram com mais ênfase do que a habitual o alto preço dos aluguéis e dos gêneros de primeira necessidade (*A Plebe*, 21/7/1934).

(24) FAUSTO, Boris — *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, São Paulo/Rio, DIFEL, 1976, pp. 192-205.

(25) Arquivo E. Leuenroth — *Guerra Sociale* (Periodico Anarchico), 26/5/1917.

feitas, não somente pela própria classe operária, mas também pelos que pretendiam organizá-la e representá-la. Mesmo as Ligas Católicas de bairros operários, vinculadas à ação social, Jocista, tinham em seu programa de ação protestos contra a insalubridade dos cortiços e de muitas habitações operárias, desejando casas confortáveis para as famílias operárias da capital e pediam uma legislação que favorecesse a sua aquisição<sup>(26)</sup>.

O estudo do problema da habitação operária e/ou popular em São Paulo em um determinado período do desenvolvimento da cidade não remete apenas à problemática do urbano. O conhecimento do interior da moradia operária, das condições da habitação operária, permite que se avalie as condições de existência do operariado nas primeiras décadas da industrialização em um dos centros industriais mais importantes do país. Em outros termos, esse conhecimento abre possibilidades para que se alcance as condições de reprodução da força de trabalho industrial na cidade de São Paulo naquele período.

---

(26) Arquivo E. Leuenroth — *O amigo de São José do Ipiranga*, 1/10/1936, p. 10.